



Prefeitura do de São José da Tapera - AL
Agente Administrativo

PORTUGUÊS

Intelecção Textual.....	1
Fonética: adequações ortográficas	2
acentuação gráfica	3
crase.....	5
Morfologia: elementos morfológicos: radical, tema, vogal temática, vogal ou consoante de ligação, afixo e desinência (nominal ou verbal).....	6
Processos de formação de palavras: derivação e composição	8
Morfologia: Classes de palavras	9
Sintaxe: análise sintática da oração, análise sintática do período	20
sintaxe de concordância, de regência e de colocação.....	25
Semântica: significação das palavras, denotação e conotação	32
Estilística: figuras de construção, de pensamento e de palavras	33
Pontuação	38
Elementos da comunicação	42
Funções da linguagem	43
Paralelismo nas construções.....	45
Coesão e coerência textual	47
Informações Implícitas: pressupostos e subentendidos.....	49
Novas regras da ortografia	50
Questões	52
Gabarito.....	68

ATUALIDADES

Assuntos de extrema relevância sobre política brasileira e do estado	1
Atitudes e ações de comportamentos religiosos no brasil	2
Economia do brasil e do estado	3
Cultura brasileira: artistas famosos, pintores, poetas.....	5
Assuntos de extrema relevância sobre esporte e educação no estado e no brasil	7
Meios de comunicação e mídias sociais: telefone móvel, whatapp, facebook, instagram, telegram, twitter, tik tok, tinder, kwai, youtube, vimeo, twitch, rumble	9

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos geográficos do Brasil: regiões, estados, capitais.....	1
História do Município e do Estado: Fundação, Contextualização Histórica, Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.....	30
Símbolos municipais e estaduais: brasão, hino, bandeira	45
Educação do Município e do Estado.....	49
Limites Geográficos.....	50
Contexto populacional.....	54
Aspectos Econômicos	57
Aspectos Religiosos	62

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIREITO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional: Constituição Federal de 1988 e suas alterações posteriores; Dos Direitos e Garantias Fundamentais em espécie; Direito à vida; Direito à Liberdade; Princípio da Igualdade (Art.5º I); Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art.5º II, XXXIX); Liberdade de Manifestação do pensamento (Art. 5º IV); Inviolabilidades da Intimidade; Vida Privada, da Honra e imagem (Art. 5º X); Inviolabilidade do lar (Art. 5º XI); Sigilo de correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII); Liberdade de locomoção (Art. 5º XV); Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII); Vedação ao racismo (Art.5º XLII); Garantia à Integridade Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX); Princípio da Presunção de inocência (Art. 5º LVII); Da segurança Pública (art.144).....	1
Ética, Organização e Cidadania	178
Serviço Público no Brasil: definição, natureza, espécies, Características	180
Decreto-Lei Federal nº 2.848/40: Da Periclitación da Vida e da Saúde – do Artigo 130 a 136.....	197
Dos Crimes Contra a Honra – do Artigo 138 a 145.....	204
Dos Crimes Contra o Patrimônio – Artigos 155 e 156.....	212
Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho – do Artigo 197 a 207	216
Dos Crimes Contra a Administração Pública – do Artigo 312 a 327	233
Dos Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral – do Artigo 328 a 337.....	246
Questões	261
Gabarito.....	267

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gestão de Pessoas no Setor Público: características.....	1
Gestão de competências.....	3
gestão de conhecimento	8
Formas contratuais e regimes de trabalho.....	15

SUMÁRIO



Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público	18
Metodologias para avaliação de desempenho	21
Liderança	22
Gestão de Equipes	28
Motivação	30
clima e qualidade de vida no trabalho	33
Tendências e desafios à gestão de pessoas no Setor Público	40
Questões	41
Gabarito	48

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - INFORMÁTICA

Noções de informática: hardware - componentes básicos do computador; tipos e funções dos componentes do computador; software – tipos de softwares	1
Sistema operacional microsoft windows xp e 7 – características básicas dos sistemas windows; principais componentes do windows; componentes e operações com janelas; principais programas do windows; definições e características de arquivos e pastas; sistema de arquivos	6
Pacote office 2007 e 2010 (word e excel)	21
Internet – conceitos e recursos da internet; características e funções dos principais navegadores (internet explorer, firefox e google chrome)	47
Características e funcionamento do correio eletrônico, cliente de e-mail mozilla thunderbird	55
Questões	61
Gabarito	69

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Redação Oficial: Características e normas da Correspondência Oficial (formas de cortesia, formas e expressões de tratamento, vocativos, emprego dos pronomes de tratamento e endereçamento); O Padrão Ofício; Características e definições dos Atos Oficiais (alvará, ata, certidão, circular, comunicado, decreto, edital, memorando, ofício, portaria e requerimento)	1
Arquivologia: Definição e função dos arquivos; Princípios de Arquivologia; Ciclo vital arquivístico; Organização e administração de arquivos; Fases da gestão de documentos; Métodos de arquivamento; Classificação dos documentos	19
Questões	27
Gabarito	32

SUMÁRIO



Intelecção textual é a habilidade de compreender e interpretar um texto de maneira profunda e crítica. Envolve a capacidade de entender não apenas o significado superficial das palavras, mas também as implicações, nuances e contextos mais amplos do conteúdo. Aqui estão algumas estratégias e etapas para aprimorar a intelecção textual:

Etapas da Intelecção Textual

1. Leitura Atenta: Leia o texto com atenção, procurando entender o significado literal das palavras e frases.

- Dica: Faça uma leitura inicial para ter uma visão geral e depois uma leitura mais detalhada para captar os detalhes.

2. Identificação do Tema Principal: Determine o tema ou a ideia central do texto.

- Dica: Pergunte a si mesmo: “Sobre o que é este texto? Qual é a mensagem principal?”

3. Reconhecimento da Estrutura: Observe a organização do texto, identificando introdução, desenvolvimento e conclusão.

- Dica: Preste atenção nos parágrafos e como as ideias são desenvolvidas ao longo do texto.

4. Interpretação de Palavras e Frases: Analise o significado de palavras e frases no contexto.

- Dica: Use o contexto para entender palavras desconhecidas e consulte um dicionário se necessário.

5. Compreensão de Implicações e Inferências: Vá além do texto literal, identificando inferências e leituras entre as linhas.

- Dica: Pergunte a si mesmo o que o autor está sugerindo sem dizer explicitamente.

6. Análise do Propósito e do Tom: Entenda o objetivo do autor e o tom usado no texto (ex: informativo, persuasivo, crítico).

- Dica: Considere a audiência pretendida e o efeito desejado pelo autor.

7. Contextualização: Coloque o texto em seu contexto histórico, cultural ou social.

- Dica: Pesquise sobre o período em que o texto foi escrito e sobre o autor.

8. Avaliação Crítica: Formule uma opinião crítica sobre o texto, avaliando a coerência, lógica e persuasão dos argumentos.

- Dica: Questione os argumentos e evidências apresentados. Eles são convincentes? Existem falhas lógicas?

Exemplos Práticos

Exemplo 1: Artigo de Opinião

1. Leitura Atenta: Leia um artigo de opinião sobre a importância da preservação ambiental.

2. Identificação do Tema Principal: O tema principal é a necessidade de ações para proteger o meio ambiente.

3. Reconhecimento da Estrutura: O artigo tem uma introdução que apresenta o problema, um desenvolvimento que discute várias soluções, e uma conclusão que chama à ação.

4. Interpretação de Palavras e Frases: Analise termos como “sustentabilidade” e “ecossistema” no contexto do artigo.

5. Compreensão de Implicações e Inferências: Identifique inferências sobre as consequências de não agir.

6. Análise do Propósito e do Tom: O propósito é persuadir os leitores a apoiar medidas de preservação, e o tom é urgente e apaixonado.



Política Brasileira

1. Reformas Políticas e Econômicas:

- Reforma Tributária: Uma das pautas mais discutidas, visa simplificar o sistema tributário brasileiro, reduzir a burocracia e aumentar a eficiência na arrecadação de impostos.
- Reforma Administrativa: Focada na reestruturação do serviço público para aumentar a eficiência e reduzir gastos.

2. Corrupção e Operações Judiciais:

- Operação Lava Jato: Continuam os desdobramentos das investigações que revelaram um esquema de corrupção envolvendo políticos e empresas.
- STF e Investigações: O papel do Supremo Tribunal Federal em decisões sobre investigações de corrupção envolvendo figuras públicas.

3. Eleições e Partidos Políticos:

- Eleições Presidenciais e Municipais: As campanhas eleitorais, alianças partidárias e plataformas dos candidatos.
- Financiamento de Campanha: A discussão sobre o financiamento público versus privado das campanhas eleitorais.

4. Política Ambiental:

- Desmatamento e Políticas de Conservação: A gestão e políticas para preservação da Amazônia e outros biomas.
- Acordos Internacionais: Participação do Brasil em acordos climáticos globais e suas implicações políticas e econômicas.

5. Política de Direitos Humanos:

- Políticas de Inclusão Social: Medidas para combater a desigualdade social e racial.
- Direitos Indígenas: Questões relacionadas à demarcação de terras indígenas e proteção de suas culturas.

Política do Estado de Alagoas

1. Governança e Administração Estadual:

- Plano de Desenvolvimento Estadual: Iniciativas para melhorar a infraestrutura, saúde, educação e segurança pública no estado.
- Transparência e Combate à Corrupção: Medidas adotadas pelo governo estadual para aumentar a transparência e combater a corrupção.

2. Segurança Pública:

- Políticas de Segurança: Programas e iniciativas para reduzir a criminalidade e aumentar a segurança dos cidadãos.
- Investimentos em Segurança: Alocação de recursos para a polícia, bombeiros e sistemas de monitoramento.

3. Desenvolvimento Econômico:

- Incentivos ao Setor Privado: Programas de incentivo para atrair empresas e investimentos ao estado.
- Turismo: Estratégias para promover o turismo, especialmente nas áreas costeiras.



Conhecimentos Gerais

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.



DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



Gestão de pessoas

A crescente importância das pessoas para a construção e a manutenção de diferenciais competitivos para as organizações leva a repensar conceitos e ferramentas de gestão, tendo em vista também as grandes mudanças na organização do trabalho, no relacionamento entre as organizações e as pessoas, no modo pelo qual os indivíduos encaram sua relação com o trabalho e no comportamento do mercado de trabalho¹.

Se as políticas e práticas de gestão não agregarem valor às pessoas, não terão efetividade no tempo. Sendo assim, a gestão de pessoas deve ser complementada pela visão do desenvolvimento humano, segundo a qual a pessoa agrega valor à empresa ao mesmo tempo em que esta agrega valor à pessoa.

A visão do desenvolvimento humano se sustenta em três pilares: a aprendizagem da organização e das pessoas por meio de sua interação, a concepção da pessoa como um ser único e a competência, tanto das organizações quanto das pessoas, para desempenhar suas tarefas ou atividades. Deve-se, portanto, estabelecer uma cultura de aprendizagem nas organizações, a partir de vínculos estabelecidos entre pessoas e empresa, baseados no comprometimento, na gestão participativa e na busca pela renovação contínua.

Deve-se gerir pessoas considerando sua individualidade e evidenciando que não basta somente possuir qualificações para a execução de determinada tarefa: deve o colaborador pôr em prática o que sabe, para estabelecer a troca de competência entre pessoa e empresa. Na década de 1980, as empresas tiveram de se adequar às grandes mudanças trazidas pela globalização, revisando seus comportamentos.

Uma dessas revisões foi a aproximação do processo decisório à base operacional, tornando os profissionais da base corresponsáveis pela gestão do negócio e por todos os recursos envolvidos no processo. A partir de então, o grau de comprometimento e envolvimento das pessoas com o objetivo estratégico e com o negócio da empresa passa a ser vital.

Contudo, comprometer pessoas depende de que estas verifiquem vantagens concretas para si próprias na sua relação com a empresa. A ordem é estimulá-las, permitir um desenvolvimento sustentado e oferecer suporte à participação nos processos decisórios.

Cabe à empresa também definir exatamente suas expectativas em relação aos colaboradores. Acontece um deslocamento do foco no controle das pessoas para o foco em seu desenvolvimento.

Classificam-se os processos de gestão de pessoas em três categorias: movimentação (captação, internalização, transferências, promoções, expatriação e recolocação), desenvolvimento (capacitação, carreira e desempenho) e valorização (remuneração, premiação, serviços e facilidades). O processo movimentação é de natureza física, ocorrendo quando a pessoa muda de local de trabalho, de posição profissional, de empresa e de vínculo empregatício.

Do ponto de vista da empresa, pode significar a movimentação de pessoas, práticas de remanejamento em termos quantitativos e qualitativos e práticas de recolocação de pessoas no mercado de trabalho. Do ponto de vista da pessoa, pode significar uma nova ocupação, uma promoção, ou a perda do vínculo empregatício existente.

O desenvolvimento pode ser entendido como o aumento da capacidade da pessoa de agregar valor para a organização. Para dar foco e direção a esse processo, a empresa deve definir o que espera que as pessoas entreguem. O processo de valorização consiste em recompensar as pessoas por suas contribuições, por meio do atendimento de suas necessidades ou expectativas, e deve obedecer a critérios coerentes entre si e consistentes no tempo, que as pessoas considerem justos, para sustentar uma relação de compromisso com o trabalho realizado e com a empresa.

Há que considerar brevemente ainda dois conceitos da gestão de pessoas essenciais para a perspectiva desta pesquisa: liderança e clima organizacional. Nos mercados globalizados e altamente competitivos, as lideranças passam a exercer vários graus de supervisão, direta ou indiretamente, lidando com trabalhadores com vínculos de contrato diferenciados.

¹ PETEROSS, H. G.; SIMÕES, E. A.; SANTOS, M. L. N. *Gestão de pessoas nos contratos de terceirização. GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas, Bauru, Ano 9, nº 3, jul-set/2014, p. 131-148.*



Conhecimentos Específicos - Informática

HARDWARE

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

- **Gabinete**

Também conhecido como torre ou caixa, é a estrutura que abriga os componentes principais de um computador, como a placa-mãe, processador, memória RAM, e outros dispositivos internos. Serve para proteger e organizar esses componentes, além de facilitar a ventilação.



Gabinete

- **Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)**

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.





Conhecimentos Específicos

A terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República foi lançado no final de 2018 e apresenta algumas mudanças quanto ao formato anterior. Para contextualizar, o manual foi criado em 1991 e surgiu de uma necessidade de padronizar os protocolos à moderna administração pública. Assim, ele é referência quando se trata de Redação Oficial em todas as esferas administrativas.

O **Decreto de nº 9.758 de 11 de abril de 2019** veio alterar regras importantes, quanto aos substantivos de tratamento. Expressões usadas antes (como: Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável) foram retiradas e substituídas apenas por: **Senhor (a)**. Excepciona a nova regra quando o agente público entender que não foi atendido pelo decreto e exigir o tratamento diferenciado.

A redação oficial é

A maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos e deve caracterizar-se pela: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização e uso da norma padrão da língua portuguesa.

SINAIS E ABREVIATURAS EMPREGADOS	
•	Indica forma (em geral sintática) inaceitável ou agramatical
§	Parágrafo
adj. adv.	Adjunto adverbial
arc.	Arcaico
art.; arts.	Artigo; artigos
cf.	Confronte
CN	Congresso Nacional
Cp.	Compare
EM	Exposição de Motivos
f.v.	Forma verbal
fem.	Feminino
ind.	Indicativo
ICP - Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
masc.	Masculino
obj. dir.	Objeto direto
obj. ind.	Objeto indireto
p.	Página
p. us.	Pouco usado
pess.	Pessoa
pl.	Plural
pref.	Prefixo
pres.	Presente
Res.	Resolução do Congresso Nacional